



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS
Grupo Parlamentar

MENCIONE-SE, PUBLIQUE-SE
E EXPEÇA-SE

9/12/2004

Manoel

Requerimento Nº 456/IX (3a) - AC
(09/12/2004)

Assunto: Institutos Superiores Politécnicos impedidos de pagar Bolsas de Estudo, Vencimentos, garantir o funcionamento das cantinas e honrar os seus compromissos com fornecedores

Apresentado por: Deputada Luísa Mesquita (PCP)

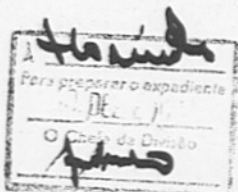
Exmo. Senhor

Presidente da Assembleia da República,

O Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos solicitaram várias audiências em Sede da Assembleia da República para darem conhecimento aos Grupos Parlamentares dos obstáculos que o Governo está a criar ao normal funcionamento destas Instituições, com medidas ilegais quer do Ministério das Finanças, quer da Direcção Geral do Orçamento, ao violarem nomeadamente as Leis 91/2001 e 54/90.

De facto, o Governo tem, por despacho ou circular, impedido o acesso aos recursos financeiros que foram consignados a estas Instituições, através do Orçamento de Estado para 2004.

Segundo o Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos "Tal procedimento consubstancia um verdadeiro acto de cativação de verbas não autorizado pelo Orçamento de Estado e de não autorização de utilização de dinheiros de que os próprios Institutos dispõem resultantes de receitas próprias nomeadamente de propinas".





PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS
Grupo Parlamentar

"Em consequência concluiu o CCISP que não será possível em alguns casos e em alguns Institutos proceder ao pagamento das bolsas de estudo aos alunos, de subsídios de Natal, vencimentos de Novembro e Dezembro, de pagamento de facturas a fornecedores, cumprimento dos contratos programa celebrados com o Ministério da Ciência e do Ensino Superior, cumprimento de contratos com o POSI e com o PRODEP, entre Outros".

Em 26 de Novembro de 2004, a Comissão de Educação Ciência e Cultura dirigiu ao Governo, através do Senhor Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares, uma carta na qual se chamava a atenção para o facto desta Comissão Parlamentar "ficar surpreendida com alguns dos factos relatados, que afectam significativamente o regular funcionamento dessas instituições de ensino público, por os considerar inconformes com a autonomia administrativa, financeira e patrimonial dos Institutos Superiores Politécnicos, consagrada na Lei que estabelece o Estatuto e a Autonomia dos Estabelecimentos de Ensino Superior Politécnico" e que até hoje não foi objecto de resposta.

Perante tão inexplicável e insustentável procedimento por parte da Administração, solicito ao Governo ao abrigo das alíneas d) e e) do artigo 156º da Constituição da República Portuguesa e da alínea l) do nº 1 do artigo 5º do Regimento da Assembleia da República, através dos Ministérios da Ciência, Inovação e Ensino Superior e das Finanças e da Administração Pública, que me informem, com urgência, do seguinte:

- Sendo do conhecimento do Governo os constrangimentos financeiros ilegais de que estão a ser alvo os Institutos Superiores Politécnicos que medidas vão ser tomadas para garantir, por parte destas instituições, o pagamento das bolsas de estudo dos alunos, os vencimentos em falta, o funcionamento das cantinas e o cumprimento das obrigações com fornecedores.

A Deputada

Lúcia Mesquita